



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.198, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

CARGO: ASSESSOR DE CERIMÔNIAS E EVENTOS OFICIAIS

Área: Administrativa

Responde: ao Secretário de Cerimônias e Eventos Oficiais

Descrição sumária das funções do cargo:

Auxiliar no planejamento e realização das solenidades promovidas pela Câmara. Auxiliar o Secretário da pasta em tudo que lhe for solicitado a fim de realizar os eventos oficiais.

Descrição detalhada:

- I - organizar as recepções de autoridades que visitam a Câmara de Viana ou os eventos por ela organizados;
- II - orientar e acompanhar as autoridades do órgão em relação a solenidades a que compareçam como convidados;
- III - preparar as correspondências de cortesia oficial da autoridade máxima do órgão;
- IV - assegurar a observância do cerimonial e da ordem de precedência nos eventos promovidos pelo órgão;
- VI - providenciar a divulgação dos eventos;
- VII - auxiliar na programação anual dos eventos a serem realizados no âmbito do órgão;
- VIII - assessorar e acompanhar a elaboração de folders, cartazes, banners para a devida divulgação das atividades relacionadas a eventos e cerimônias;
- IX - atualizar banco de dados de autoridades que tenham vínculo com o órgão;
- XII - assessorar eventos internos;
- XIII - auxiliar na elaboração de passeios turísticos para comitivas interestaduais e internacionais em visita oficial;
- XIV - prestar apoio logístico a autoridades quando em viagem oficial, tais com reserva de aeronave, sala VIP, carros para traslados, reserva em hotéis, segurança, Polícia Federal, Infraero etc;

Requisitos básicos para o exercício do cargo:

Conhecimento de práticas e ritos cerimoniais; Comunicação verbal fluida; Domínio da comunicação escrita voltada para cerimônias e eventos oficiais;

Formação: Ensino Médio Completo

CARGO: PROCURADOR-GERAL

Área: Procuradoria

Descrição sumária das funções do cargo:

Representa a administração pública na esfera judicial; presta consultoria e assessoramento jurídico; exerce o controle interno da legalidade dos atos da administração; zela pelo patrimônio e interesse público; faz a gestão e o direcionamento das atividades da Procuradoria.

Descrição detalhada:

- I - Exercer a direção superior da Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Viana, dirigindo e coordenando suas atividades e orientando-lhe a atuação;
- II - Receber citações e notificações referentes a quaisquer ações ou processos de interesse da Câmara Municipal de Viana ou daquelas que esta venha a ser chamada a intervir;
- III - Avocar a defesa dos interesses da Câmara em qualquer processo ou ação, dando conhecimento desse fato aos demais procuradores ou consultores jurídicos, para promover defesa dos interesses da Câmara ou para emissão de parecer;
- IV - Designar Procurador para o exercício da função gratificada de Procurador-Chefe.
- V - Designar Procuradores da Câmara para a representação desta nas Assembleias Gerais das entidades da administração indireta;
- VI - Fazer publicar a lista de antiguidade dos Procuradores da Câmara;
- VII - Aprovar pareceres emitidos pela Procuradoria da Câmara;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.198, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

VIII - Adotar providências visando à prevenção e à redução de demandas, designando, se necessário, comissão para promover estudos e medidas para alcançar este fim;

IX - No exercício do controle da legalidade do órgão, recomendar aos agentes públicos conduta tendente a evitar dano ao erário;

X - Todas as demais funções correlatas ao cargo de Procurador

Conhecimentos básicos para o exercício do cargo:

Domínio de informática; Legislação em geral.

Formação: Curso superior em Direito com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil

Anexo II

**DO VENCIMENTO DOS CARGOS ADMINISTRATIVOS VINCULADOS À MESA
DIRETORA**

Nomenclatura do Cargo	Vagas	Padrão
Diretor-Geral	01	CCL-00
Secretário Administrativo	01	CCL-01
Secretário de Finanças e Contabilidade	01	CCL-01
Secretário de Recursos Humanos	01	CCL-01
Secretário de Serviços, Contratos e Compras	01	CCL-01
Secretário de Tecnologia da Informação	01	CCL-01
Secretário Legislativo	01	CCL-01
Coordenador de Cerimônias e Eventos Oficiais	01	CCL-03
Ouvidor Geral Parlamentar	01	CCL-01
Assessor de Recursos Humanos	01	CCL-03
Assessor de Serviços, Contratos e Compras	02	CCL-03
Assessor de Tecnologia da Informação	02	CCL-05
Assessor Técnico em Sonorização	02	CCL-03
Coordenador da Escola do Legislativo	01	CCL-03
Coordenador de Serviços Gerais	01	CCL-03
Assessor Jurídico-Legislativo	02	CCL-03
Assessor da Escola do Legislativo	02	CCL-04
Assessor de Comunicação	02	CCL-03
Assessor de Cerimônias e Eventos Oficiais	01	CCL-05



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.198, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Procurador-Geral	01	CCL-00
------------------	----	--------

Anexo III
DO PADRÃO DE VENCIMENTO DOS CARGOS VINCULADOS À MESA DIRETORA

Nível	Vencimento
CCL-00	R\$ 4.500,00
CCL-01	R\$ 3.500,00
CCL-02	R\$ 2.500,00
CCL-03	R\$ 2.000,00
CCL-04	R\$ 1.750,00
CCL-05	R\$ 1.500,00

Anexo IV
DO NOVO PADRÃO DE VENCIMENTO DOS ASSESSORES DE GABINETE PARLAMENTAR

Padrão	Vencimento
AGP-00	4.500,00
AGP-01	4.250,00
AGP-02	4.000,00
AGP-03	3.750,00
AGP-04	3.500,00
AGP-05	3.250,00
AGP-06	3.000,00
AGP-07	2.750,00
AGP-08	2.500,00
AGP-09	2.250,00
AGP-10	2.000,00
AGP-11	1.750,00
AGP-12	1.500,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo**



LEI Nº 3.198, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Anexo V

**DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXTERNAS DOS ASSESSORES DE GABINETE
PARLAMENTAR
GABINETE DO VEREADOR (NOME DO VEREADOR)**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXTERNAS DE ASSESSORES: MÊS / 2021

Assessor: _____ Matrícula nº: _____

Data:	Horário de Início:	Horário de Término:
Nome do cidadão:		
CPF:		
Contato:		
Local:		
Descrição da atividade realizada:		

Data:	Horário de Início:	Horário de Término:
Nome do cidadão:		
CPF:		
Contato:		
Local:		
Descrição da atividade realizada:		

Assessor

Vereador



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo**



LEI Nº 3.198, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

Anexo VI

**TABELA DE VALORES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS
(RESTRITAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS)**

Nomenclatura do Cargo	Valor
FG-1	R\$ 1.000,00
FG-2	R\$ 1.200,00
FG-3	R\$ 1.400,00
FG-4	R\$ 1.400,00

Anexo VII

ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

FUNÇÃO: ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA DE COMISSÃO (FG-1)

ÁREA: Administrativo

RESPONDE AO: Vereador membro da Comissão Parlamentar

Atribuições:

- I – assessorar os Vereadores integrantes das Comissões Temáticas, instruindo-os com dados, documentos e informações correlatas às matérias pertinentes à respectiva comissão para fins de deliberação durante as reuniões;
- II – apresentar relatório aos membros da Comissão, de caráter opinativo, sobre a viabilidade de implementação dos projetos e o seu impacto social;
- III – conhecer da legislação pertinente ao tema e capacitar-se de forma ininterrupta durante a prestação do serviço, inclusive por meio de cursos ou palestras custeados pela Câmara;
- IV - executar atividades correlatas à Comissão Temática que lhe venham a ser atribuídas durante o exercício da função;

FUNÇÃO: ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA DIRETORA - (FG 02)

ÁREA: Administrativo

RESPONDE À: Mesa Diretora

Atribuições:

- I – coordenar todas as atividades de Assessoria Técnica à Mesa Diretora;
- II - orientar a Mesa Diretora quanto aos despachos que deverão ser exarados nos processos que forem remetidos à decisão do Presidente da Câmara, antes e durante as sessões legislativas;
- III - elaborar as atas das reuniões da Mesa Diretora, quando solicitada a sua presença para tanto;
- IV - coordenar o controle dos processos destinados à Mesa Diretora;
- V - fiscalizar o controle dos registros dos processos encaminhados à Mesa Diretora em livros ou em fichas;
- VI – dar apoio a Mesa Diretora nas sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo**



LEI Nº 3.198, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

VII - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Presidente da Câmara.

FUNÇÃO: ATIVIDADE DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (FG-3)

ÁREA: Administrativo

RESPONDE À: Presidência da Câmara Municipal

Atribuições:

I - atuar na prestação de contas do Poder Legislativo, inclusive assinando-as em conjunto com a Presidência da Câmara;

II - operacionalizar, gerir e enviar dados nos Módulos do Sistema CidadES- Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

III - tomar providências para correção de inconsistências, validação e envio dos dados nos prazos e condições estabelecidas em norma específica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como operacionalização e gestão do módulo correspondente.

Função: PROCURADOR-CHEFE (FG-4)

ÁREA: Jurídico

RESPONDE À: Presidência da Câmara Municipal

Atribuições:

I - organizar, planejar, orientar e acompanhar os serviços da Procuradoria;

II - zelar pelo inter-relacionamento harmônico entre os Procuradores, Consultor Jurídico e Assessor Jurídico-Legislativo, bem como deles com os seus superiores e demais servidores;

III - elaborar, sempre que necessários ou solicitados, relatórios das atividades da Procuradoria e Consultoria Jurídica;

IV - desempenhar as demais atribuições que lhe forem determinadas pelos seus superiores, relacionadas com a organização interna das atividades da Procuradoria e Consultoria Jurídica.

LEI Nº 3.200, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONTRAPRESTAÇÃO
PECUNIERIA DOS SERVIDORES QUE FAZEM PARTE
DE COMISSÕES PERMANENTES, TEMPORÁRIAS,
ESPECIAIS OU QUE EXERCERAM FUNÇÕES
GRATIFICADAS NO ÂMBITO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE VIANA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 60, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Viana a seguinte Lei:

Art. 1º A contraprestação pecuniária devida aos servidores que exercerem funções no âmbito das comissões administrativas permanentes, temporárias, especiais, que exercerem funções gratificadas ou que recebam verba indenizatória decorrente de sobreaviso terá por base de cálculo os Valores de Referência Fiscal do Município de Viana, VRFMV, cujos padrões serão assim estabelecidos:

- I - Gratificação de Nível I - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
- II - Gratificação de Nível II - R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- III - Gratificação de Nível III - R\$ 1000,00 (um mil reais);
- IV - Gratificação de Nível IV - R\$ 1550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais);
- V - Gratificação de Nível V - R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais);

§ 1º A concessão do nível da gratificação levará em conta a complexidade do trabalho a ser executado.

§ 2º As gratificações de que trata este artigo serão pagas também pela participação nas comissões previstas no Estatuto do Servidor Público de Viana.

Art. 2º Os integrantes das comissões de que trata esta Lei serão designados por Ato do Presidente do Poder Legislativo publicado no Diário Oficial.

Parágrafo Único. O quantitativo de comissões e o pagamento das gratificações de que trata esta Lei, além daquelas previstas no Estatuto do Servidor Público de Viana, deverão observar os limites orçamentários e os estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Viana/ES, 04 de janeiro de 2022.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo**



LEI Nº 3.204, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

***LEI Nº 3.204, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.**

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.198, DE 04 DE JANEIRO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA**, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 60, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Viana a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinto o cargo de Procurador-Geral, previsto no art. 1º, inciso XI e suas atribuições definidas no Anexo I da Lei nº 3.198, de 04 de janeiro de 2022.

Parágrafo único. Fica revogada a disposição contida no art. 8º, §3º, da Lei nº 3.198, de 04 de janeiro de 2022.

Art. 2º Fica alterado o cargo de Assessor de Tecnologia da Informação, previsto no art. 1º da Lei nº 3.198, de 04 de janeiro de 2022, §2º, inciso IV, para Assessor de Tecnologia da Informação Nível I e para Assessor de Tecnologia da Informação Nível II, com a definição das seguintes atribuições a constar do Anexo I da referida lei municipal:

CARGO: ASSESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NÍVEL I

Área: Administrativa

Responde: ao Secretário de Tecnologia e Informação

Descrição sumária das funções do cargo:

Coordenar projetos, planejamentos, configurações e administração de redes de computadores, bem como dimensionar requisitos do sistema, especificar sua arquitetura, escolher ferramentas de desenvolvimento ou programas que auxiliem de forma eficaz na exposição e reposição de dados na Rede Mundial de computadores os Serviços e Informações produzidas pela Câmara.

Descrição detalhada:

- I - monitorar e avaliar o desempenho da rede;
- II - auxiliar na programação e configuração das políticas e procedimentos de segurança da rede e prover suporte aos usuários da rede;
- III - auxiliar em projetos e oferecer soluções para ambientes informatizados;
- IV - prestar suporte técnico e treinamento aos usuários da Câmara;
- V - elaborar documentação técnica;
- VI - pesquisar e implementar novos métodos de automação no trabalho;
- VII - orientar áreas de apoio, acionar suporte de terceiros, instalar e configurar software e hardware;
- VIII - dimensionar requisitos e funcionalidade de sistemas;
- IX - especificar a arquitetura do sistema, testá-la, monitorar seu desempenho e identificar suas falhas;
- X - executar procedimentos para melhoria de desempenho do sistema;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo**



LEI Nº 3.204, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

XI - elaborar dicionário de dados, manuais do sistema e relatórios técnicos, documentar estrutura de rede;

XII - administrar recursos de trabalho;

Conhecimentos básicos para o exercício do cargo:

HTML5, CSS3, JavaScript, Apache, Frameworks correlatos; Web design; Desenvolvimento de aplicações e web; Banco de Dados; Segurança de Dados; Redes e Internet; Manutenção de Hardware.

Formação: Ensino médio completo com curso na área de tecnologia da informação.

CARGO: ASSESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NÍVEL II

Área: Administrativa

Responde: ao Secretário de Tecnologia e Informação

Descrição sumária das funções do cargo:

Auxiliar em projetos, planejamentos, configurações e administração de redes de computadores e escolher ferramentas de desenvolvimento ou programas que auxiliem de forma eficaz na exposição e reposição de dados na Rede Mundial de computadores os Serviços e Informações produzidas pela Câmara, dando todo o apoio direto necessário ao Secretário de Tecnologia e Informação.

Descrição detalhada:

I - auxiliar na programação e configuração das políticas e procedimentos de segurança da rede e prover suporte aos usuários da rede;

II - prestar suporte técnico e treinamento aos usuários da Câmara;

III - elaborar documentação técnica;

IV - orientar áreas de apoio, acionar suporte de terceiros, instalar e configurar software e hardware;

V - operar e administrar os recursos computacionais centralizados;

VI - administrar recursos de trabalho;

Conhecimentos básicos para o exercício do cargo:

HTML5, CSS3, JavaScript, Apache, Frameworks correlatos; Web design; Desenvolvimento de aplicações e web; Banco de Dados; Segurança de Dados; Redes e Internet; Manutenção de Hardware.

Formação: Ensino médio completo com curso na área de tecnologia da informação.

Art. 3º Fica alterado o Anexo II para os seguintes termos:

ANEXO II

**DO VENCIMENTO DOS CARGOS ADMINISTRATIVOS VINCULADOS À
MESA DIRETORA**

Nomenclatura do Cargo	Vagas	Padrão
Diretor-Geral	01	CCL-00
Secretário Administrativo	01	CCL-01
Secretário de Finanças e Contabilidade	01	CCL-01
Secretário de Recursos Humanos	01	CCL-01
Secretário de Serviços, Contratos e Compras	01	CCL-01



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.204, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Secretário de Tecnologia da Informação	01	CCL-01
Secretário Legislativo	01	CCL-01
Coordenador de Cerimônias e Eventos Oficiais	01	CCL-03
Ouvidor Geral Parlamentar	01	CCL-01
Assessor de Recursos Humanos	01	CCL-03
Assessor de Serviços, Contratos e Compras	02	CCL-03
Assessor de Tecnologia da Informação Nível I	01	CCL-03
Assessor de Tecnologia da Informação Nível II	03	CCL-04
Assessor Técnico em Sonorização	02	CCL-03
Coordenador da Escola do Legislativo	01	CCL-03
Coordenador de Serviços Gerais	01	CCL-03
Assessor Jurídico-Legislativo	02	CCL-03
Assessor da Escola do Legislativo	02	CCL-04
Assessor de Comunicação	02	CCL-03
Assessor de Cerimônias e Eventos Oficiais	01	CCL-05

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Viana/ES, 14 de fevereiro de 2022.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana

*Republicada com correção

LEI Nº 3.214, DE 04 DE MAIO DE 2022.

INSTITUI O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 60, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Viana a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio-Alimentação Especial (AAE) aos servidores públicos ativos da Câmara Municipal de Viana.

§ 1º A concessão do Auxílio-Alimentação Especial terá caráter indenizatório e será concedido através de cartão magnético, por meio de recarga.

§ 2º O valor do Auxílio-Alimentação Especial será disponibilizado de acordo com a capacidade financeira da Câmara Municipal de Viana, obedecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, XVI da Constituição Federal fará jus à percepção de um único Auxílio-Alimentação Especial.

§ 4º Fará jus ao benefício o servidor que estiver ativo no sistema da Folha de Pagamento na data estabelecida para disponibilização e/ou entrega do cartão.

Art. 2º A concessão do Auxílio-Alimentação Especial é vedada na ocorrência das seguintes situações:

I - licença sem vencimentos;

II - faltas injustificadas;

III - afastamento temporário em decorrência de ordem judicial ou processo administrativo disciplinar;

IV - penalidade disciplinar de suspensão;

V - detenção ou reclusão;

VI - licença para atividades políticas;

§ 1º O período de apuração da falta injustificada descrito no inciso II será de seis meses anteriores à data da concessão do Auxílio-Alimentação Especial. Caso seja

constatado o número igual ou superior a dezesseis faltas injustificadas, o servidor ainda que ativo, não fará jus à percepção do benefício.

§ 2º Dos afastamentos a que se referem os incisos II e III deste artigo, se excluem aqueles cujos servidores foram requisitados pela Justiça Eleitoral para o período de eleições; quando convocados para participar de Tribunal de Juri ou para doar sangue e, ainda, os autorizados a se ausentarem do serviço pelo Presidente do Poder Legislativo.

§ 3º Cabe ao responsável pela gestão de pessoas ou de recursos humanos do Poder Legislativo acompanhar os apontamentos de licenças, afastamentos, faltas e mudanças de jornada de trabalho, quando for o caso, ficando a chefia imediata responsável pela comunicação, ao responsável, de fatos eventuais que ocorrerem.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada por resolução administrativa da Câmara Municipal de Viana, oportunidade em que será definido e/ou fixado o valor do Auxílio-Alimentação Especial, com a correspondente previsão dos recursos financeiros disponíveis para a realização do pagamento, observado o disposto no § 2º do art. 1º.

Parágrafo Único. O Auxílio-Alimentação Especial poderá ser concedido mais de uma vez, desde que observado o limite de até R\$ 1.500 (mil e quinhentos) reais por servidor e por ano.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 2.900, de 26 de outubro de 2017.

Viana/ES, 04 de maio de 2022.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.234, DE 18 DE JULHO DE 2022.

LEI Nº 3.234, DE 18 DE JULHO DE 2022.

INSTITUI O BENEFÍCIO VALE-FEIRA A SER
CONCEDIDO AOS SERVIDORES ATIVOS DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA E DE OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 60, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Viana a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Poder Legislativo Municipal o benefício do vale-feira aos servidores públicos da Câmara Municipal, efetivos, contratados por designação temporária, comissionados, estagiários e cedidos com ônus, desde que em efetivo exercício do cargo.

§ 1º O benefício concedido no caput deste artigo não integra a remuneração dos servidores, sendo destinado a complementar a alimentação dos servidores.

§ 2º O servidor que legalmente acumular cargo ou função pública e remuneração far jus a uma única cota mensal de vale-feira.

§ 3º Verificada a ocorrência de pagamento indevido do vale-feira, a pendência será regularizada no mês subsequente, podendo inclusive ser descontado do servidor, em folha, quando do pagamento do salário do mês subsequente.

§ 4º O vale-feira de que trata o art. 1º desta Lei poderá ser utilizado para aquisição de produtos orgânicos, convencionais e/ou artesanais produzidos em sistema de agricultura familiar ou por produtores rurais, em ambos os casos, com origem no Município de Viana, que estejam cadastrados junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (SEFAZ/ES), com permissão para emitir Nota Fiscal ou Nota Fiscal Eletrônica.

Art. 2º Não tem direito ao benefício do vale-feira, o servidor afastado do cargo ou função, nos seguintes casos:

- I - em gozo de licença não remunerada para tratar de interesse pessoal;
- II - afastamento para atividades políticas;
- III - licença para trabalhar em outro ente público por força de cessação e/ou permuta;
- IV - afastamento para cumprimento de pena disciplinar;
- V - afastamento preventivo em processo administrativo disciplinar;
- VI - afastamento para cumprimento de pena de detenção ou reclusão.

Art. 3º O vale-feira não é extensivo ao servidor aposentado e/ou pensionista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.234, DE 18 DE JULHO DE 2022.

Art. 4º A concessão do vale-feira observar o limite de R\$100,00 (cem) reais mensais por servidor.

Art. 5º A distribuição do vale-feira aos servidores será realizada mensalmente, conforme cronograma elaborado pela Secretaria de Recursos Humanos da Câmara Municipal, que ficará responsável pela entrega do carnê, ou de outro instrumento similar para fins de disponibilização do benefício aos servidores, mediante assinatura para efetiva comprovação do recebimento.

Art. 6º A entrega do vale-feira ao servidor ocorrerá a partir do dia 20 (vinte) até o último dia de cada mês, a começar do mês de agosto/2022.

Art. 7º Será de total responsabilidade do produtor feirante e do servidor assegurar a integridade do vale-feira, podendo o mesmo ser recusado para o pagamento em caso de rasuras ou suspeita de adulterações.

Art. 8º O vale-feira terá validade para ser utilizado durante o mês de vigência, cuja competência constará dos tickets, não sendo possível utilizá-lo de forma acumulativa.

Art. 9º O produtor rural deverá fazer sua inscrição na Secretaria de Contabilidade da Câmara Municipal de Viana/ES.

Parágrafo Único. A inscrição de que trata esse artigo deverá conter o nome, o endereço completo do produtor rural, a relação de produtos comercializados e cópias dos seguintes documentos:

- I - Documento de Identidade com foto e CPF;
- II - Comprovante de Propriedade Rural;
- III - Comprovar que possui bloco de nota de produtor rural de usuário ou Notas Fiscais Eletrônicas de Produtor Rural.

Art. 10 O credenciamento dos interessados que atendem aos requisitos previstos na lei sobredita, ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Contabilidade da Câmara Municipal de Viana.

Parágrafo Único. O credenciamento terá validade de 01 (um) ano, devendo ser renovado na data determinada pela Secretaria de Contabilidade da Câmara Municipal de Viana.

Art. 11 Será obrigatório ao produtor feirante credenciado a emissão de troco ao servidor público municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.234, DE 18 DE JULHO DE 2022.

Art. 12 O procedimento de pagamento do valor referente ao vale-feira aos produtores rurais será regulamentado por Resolução Administrativa.

Art. 13 O produtor que não atender às exigências estabelecidas nesta Lei, ou que a qualquer tempo pratique atos que atentem contra as condições nela estabelecidas, será submetido a processo administrativo para aplicação das seguintes penalidades de advertência e/ou multa, conforme regulamentado por Resolução Administrativa.

Art. 14 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, 33904600000, Auxílio-Alimentação, que poderá ser suplementada, se necessário.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Viana/ES, 18 de julho de 2022.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo**



LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

ALTERA A LEI 3.198, DE 04 DE JANEIRO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA, RELATIVO AOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA**, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do art. 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Viana a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação dos cargos de provimento em comissão da Câmara Municipal vinculados à Mesa Diretora, prevista no art. 1º, bem como o quantitativo e padrão/nível constante do Anexo II, mantido o vencimento previsto no Anexo III, referenciados no art. 3º, ambos da Lei 3.198, de 04 de janeiro de 2022, que passa a vigorar na forma do Anexo II integrante desta Lei.

Art. 2º Fica alterado o Anexo I referenciado no art. 2º da Lei 3.198, de 04 de janeiro de 2022, a fim de inserir as atribuições dos cargos de Coordenador de Área e Encarregado de Área de Nível I e I, criados com a alteração constante do art. 1º desta Lei, que passa a vigorar na forma do Anexo I integrante da presente Lei.

Art. 3º Fica alterado o Anexo VI da Lei 3.198, de 04 de janeiro de 2022, a fim de promover a alteração de nomenclatura de Procurador-Chefe para Procurador-Adjunto, mantendo-se as demais disposições vigentes, que passa a vigorar na forma do Anexo IV integrante desta Lei.

Art. 4º O Capítulo III, denominado de Funções Gratificadas, da Lei 3.198, de 04 de janeiro de 2022, passa a denominar-se Funções Gratificadas e Gratificação de Produtividade, e a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

Art. 11-A A gratificação de produtividade é assegurada mensal e individualmente, aos servidores do quadro de provimento efetivo titulares dos cargos Procurador e Consultor Jurídico, como estímulo às atividades jurídicas, extrajudiciais e administrativas desenvolvidas em nome da Câmara Municipal de Viana.

Parágrafo único. A gratificação de produtividade possui caráter remuneratório e se incorpora aos vencimentos do servidor conforme disposto no art. 11-E desta Lei, sendo considerada para base de cálculo da contribuição social.

Art. 11-B A gratificação de produtividade estabelecida nesta Lei será aferida pelo Presidente da Câmara Municipal de Viana, em função dos pontos obtidos e de acordo com os critérios a seguir especificados:

I - Os servidores efetivos titulares dos cargos dos cargos de Procurador e Consultor Jurídico apresentarão relatórios e comprovantes de suas atividades ao Presidente da Câmara Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

de Viana, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que foi contabilizada a produtividade;

II - os servidores referenciados no art. 11-A, caput e inciso I do art. 11-B desta Lei que deixarem de comprovar as suas atividades no prazo supra-estabelecido, somente receberão a gratificação de produtividade na folha de pagamento do segundo mês subsequente;

III - o Presidente da Câmara Municipal de Viana, com base nos relatórios, promoverá a aferição definitiva dos pontos obtidos individualmente pelos Procuradores e Consultores Jurídicos efetivos, observado o Anexo VIII que integra esta Lei, proferindo o resultado;

IV - ocorrendo divergência entre a pontuação indicada no relatório apresentado e o resultado da aferição promovida pelo Presidente, poderá o interessado pedir reconsideração da decisão, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva ciência;

V - a pontuação aferida no relatório será inserida no atestado de frequência do titular dos cargos de Procurador e Consultor Jurídico a ser encaminhada, mensalmente, ao Departamento de Recursos Humanos para inclusão na folha de pagamento.

Art. 11-C A gratificação de produtividade será calculada sobre o número de pontos efetivamente alcançado pelo servidor titular dos cargos de Procurador e Consultor Jurídico, até o limite mensal de 1.400 (um mil quatrocentos) pontos, observando-se, obrigatoriamente, o disposto no Anexo VIII desta Lei.

§1º Os pontos que excederem o limite estabelecido neste artigo serão lançados à conta-ponto individual dos servidores do quadro de provimento efetivo que trata este artigo, podendo ser utilizados quando estes não atingirem a pontuação máxima no mês.

§2º Quando o quantitativo de pontos apurados no mês for inferior a 1.400 (um mil quatrocentos), em virtude de atividades não incluídas na lista de pontuações do Anexo VIII, ou por eventual queda no volume de atividades no âmbito da Procuradoria e Consultoria Jurídica fica assegurada ao servidor que trata este artigo a utilização do saldo existente na conta-ponto individual para o fim de atingir o limite mensal máximo permitido.

§3º Os servidores titulares dos cargos efetivos de Procurador e Consultor Jurídico afastado do exercício do seu cargo não fará jus à gratificação de produtividade de que trata esta lei, exceto:

I - em virtude de férias, férias-prêmio, casamento, luto, abonos legais, participação em júri, licença-maternidade, licença-paternidade, licença para tratamento de saúde na forma estatutária e outros afastamentos obrigatórios previstos em lei, devendo, neste caso, para fazer jus à produtividade ser considerada a média de pontos obtidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores àquele em que ocorrer o afastamento legal;

II - para o exercício de cargo de Chefia no âmbito da Administração Pública Municipal, suas Autarquias ou Fundações.

§4º Nas hipóteses dos afastamentos previstos nos Incisos I e II, deste artigo, fica assegurada ao Servidor a gratificação de produtividade à base de 1.400 (um mil e quatrocentos) pontos a cada período de 30



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

(trinta) dias ou na proporção "pro rata die" caso o afastamento seja inferior ou superior a 30 (trinta) dias.

Art. 11-D O valor unitário do ponto para efeito da produtividade prevista nesta Lei será de R\$ 4,00 (quatro reais).

Art. 11-E A gratificação de produtividade será acrescida ao cálculo dos proventos de inatividade do titular dos cargos de provimento de Procurador e Consultor Jurídico, na seguinte forma:

I - os proventos dos servidores efetivos referenciados no caput deste artigo que vierem a se aposentar após a vigência desta Lei, bem como as pensões devidas aos seus dependentes, serão integrados e incorporados, a título de gratificação de produtividade, pela média de pontos individualmente percebida nos 12 (doze) meses anteriores à inatividade ou falecimento, observados os limites máximos de 1400 (um mil e quatrocentos) e mínimo de 900 (novecentos) pontos;

II - os servidores efetivos que trata o caput deste artigo, bem como os seus pensionistas legais, que se aposentarem a partir da vigência desta Lei, porém antes que se completem 12 (doze) meses da sua respectiva vigência, poderão optar pela incorporação a seus proventos do resultado da divisão dos pontos alcançados até a aposentadoria ou pensão pelo número de meses em que foram obtidos.

Art. 11-F Na forma do art. 64, XI, da Lei Orgânica do Município de Viana, sobre a gratificação de produtividade acrescida aos vencimentos ou proventos do titular dos cargos de Procurador e Consultor Jurídico lotados na Procuradoria e Consultoria Jurídica e, bem assim nas pensões devidas aos dependentes legais, não incidirão quaisquer outras vantagens, seja a que título for.

Art. 11-G Na ausência do Presidente da Câmara Municipal de Viana por ocasião do período de avaliação, será este substituído pelo Procurador Geral ou Vice-Presidente e na falta deste, pelo Primeiro Secretário ou pelo Diretor Geral, valendo para desempate o critério de maior idade entre os Procuradores e Consultores Jurídicos em exercício.

Art. 11-H Para efeito de fixação do valor correspondente ao décimo terceiro salário e férias levar-se-á em conta a média percebida pelo servidor durante o período aquisitivo, observando-se para efeito de cálculo desta média o número de meses em que este percebeu a gratificação de produtividade.

Art. 11-I A gratificação de produtividade também é assegurada mensal e individualmente, aos servidores do quadro de provimento efetivo titulares dos cargos Controlador e Auditor Interno Legislativo, como estímulo às atividades de controladoria e auditoria desenvolvidas em nome da Câmara Municipal de Viana.

Parágrafo único. A gratificação de produtividade possui caráter remuneratório e se incorpora aos vencimentos do servidor conforme disposto no art. 11-M desta Lei, sendo considerada para base de cálculo da contribuição social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

Art. 11-J A gratificação de produtividade estabelecida nesta Lei será aferida pelo Presidente da Câmara Municipal de Viana, em função dos pontos obtidos e de acordo com os critérios a seguir especificados:

I - Os servidores efetivos titulares dos cargos dos cargos de Controlador e Auditor Interno Legislativo apresentarão relatórios e comprovantes de suas atividades ao Presidente da Câmara Municipal de Viana, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que foi contabilizada a produtividade;

II - os servidores referenciados no art. 11-I, caput e inciso I do art. 11-J desta Lei que deixarem de comprovar as suas atividades no prazo supra-estabelecido, somente receberão a gratificação de produtividade na folha de pagamento do segundo mês subsequente;

III - o Presidente da Câmara Municipal de Viana, com base nos relatórios, promoverá a aferição definitiva dos pontos obtidos individualmente pelos Controladores e Auditores Interno Legislativo, observado o Anexo IX que integra esta Lei, proferindo o resultado;

IV - ocorrendo divergência entre a pontuação indicada no relatório apresentado e o resultado da aferição promovida pelo Presidente, poderá o interessado pedir reconsideração da decisão, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva ciência;

V - a pontuação aferida no relatório será inserida no atestado de frequência do titular dos cargos de Controlador e Auditor Interno Legislativo a ser encaminhada, mensalmente, ao Departamento de Recursos Humanos para inclusão na folha de pagamento.

Art. 11-K A gratificação de produtividade será calculada sobre o número de pontos efetivamente alcançado pelo servidor titular dos cargos de Controlador e Auditor Interno Legislativo, até o limite mensal de 1.400 (um mil quatrocentos) pontos, observando-se, obrigatoriamente, o disposto no Anexo IX desta Lei.

§1º Os pontos que excederem o limite estabelecido neste artigo serão lançados à conta-ponto individual dos servidores do quadro de provimento efetivo que trata este artigo, podendo ser utilizados quando estes não atingirem a pontuação máxima no mês.

§2º Quando o quantitativo de pontos apurados no mês for inferior a 1.400 (um mil quatrocentos), em virtude de atividades não incluídas na lista de pontuações do Anexo IX, ou por eventual queda no volume de atividades no âmbito da Controladora e Auditoria fica assegurada ao servidor que trata este artigo a utilização do saldo existente na conta-ponto individual para o fim de atingir o limite mensal máximo permitido.

§3º Os servidores titulares dos cargos efetivos de Controlador e Auditor Interno Legislativo afastado do exercício do seu cargo não fará jus à gratificação de produtividade de que trata esta lei, exceto:

I - em virtude de férias, férias-prêmio, casamento, luto, abonos legais, participação em júri, licença-maternidade, licença-paternidade, licença para tratamento de saúde na forma estatutária e outros afastamentos obrigatórios previstos em lei, devendo, neste caso, para fazer jus à produtividade ser considerada a média de pontos obtidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores àquele em que ocorrer o afastamento legal;